

✓ Mapeamento da produção acadêmica em avaliação em um periódico do Campo de Públicas no Brasil

Raquel Maria da Costa Silveira

Universidade Federal do Rio Grande do Norte/Instituto de Políticas Públicas/ Programa de Pós Graduação em Estudos Urbanos e Regionais

Lindijane de Souza Bento Almeida

Universidade Federal do Rio Grande do Norte/Instituto de Políticas Públicas/ Programa de Pós Graduação em Estudos Urbanos e Regionais

Sandra Cristina Gomes

Universidade Federal do Rio Grande do Norte/Instituto de Políticas Públicas/ Programa de Pós Graduação em Estudos Urbanos e Regionais

Brunno Costa do Nascimento Silva

Universidade Federal do Rio Grande do Norte/Programa de Pós Graduação em Estudos Urbanos e Regionais

Maria Helena Costa

Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Resumo: O artigo faz uma discussão sobre a produção de avaliações de políticas públicas. A reflexão em torno do tema se dá partir de referenciais teóricos e metodológicos da avaliação no Campo de Públicas no Brasil. A partir da técnica de revisão sistemática integrativa de literatura, uma análise específica de artigos publicados na Revista Avaliação de Políticas Públicas (AVAL) foi realizada. O estudo gerou compreensões sobre o avanço das publicações ao longo dos anos e como vão se diversificando em termos metodológicos e epistemológicos. Como resultado das análises, o trabalho conclui que a Revista Aval atrai um conjunto variado de artigos sobre avaliação de políticas públicas tanto nos aspectos metodológicos quanto de tipos de políticas em avaliação, com presença marcante de artigos que promovem uma revisão da literatura e, ainda, na proposição de métodos de avaliação alternativos aos considerados predominantes, produzindo inovação e um potencial uso de avaliações como instrumento estratégico de gestão e de controle social.

Palavras-chave: Campo de Públicas. Administração Pública. Gestão Pública. Políticas Públicas. Avaliação de Políticas Públicas.

EN Mapping the academic production of policy evaluation in a journal from Campo de Públicas in Brazil

Abstract: The article discusses the production of public policy evaluations. The debate of this theme revolves around theoretical and methodological references of evaluations from the Public Field in Brazil. Based on the systematic integrative literature review technique, a specific analysis of articles published in the Revista Avaliação de Políticas Públicas (AVAL) was performed. The study generated understandings about the advancement of publications over the years and how they diversify in methodological and epistemological terms. As a result of the analyses, the study concludes that Revista AVAL attracts a diverse set of articles related to the evaluation of public policies, both in methodological terms and in the types of policies being evaluated, with a marked presence of articles that produce literature reviews and, also, proposing alternative evaluation methods to those considered predominant, producing innovation and a potential use of evaluations as a strategic instrument of management and social control.

Key-words: Public Field. Public Administration. Public Policy. Evaluation of Public Policies.

ES Mapeo de la producción académica en evaluación en una revista de Campo de Públicas en Brasil

Resumen: El artículo discute la producción de evaluaciones de políticas públicas. La reflexión en torno al tema se da a partir de referentes teóricos y metodológicos de la evaluación en el Campo de Públicas en Brasil. Con base en la técnica de revisión sistemática integrativa de la literatura, se realizó un análisis específico de los artículos publicados en la Revista Avaliação de Políticas Públicas (AVAL). El estudio generó entendimientos sobre el avance de las publicaciones a lo largo de los años y cómo se diversifican en términos metodológicos y epistemológicos. Como resultado de los análisis, el trabajo concluye que la Revista AVAL atrae un conjunto variado de artículos sobre evaluación de políticas públicas, tanto en aspectos metodológicos como en los tipos de políticas que se evalúan, con una marcada presencia de artículos que promueven una revisión de la literatura. y, también, en proponer métodos de evaluación alternativos a los considerados predominantes, produciendo innovación y un potencial uso de las evaluaciones como instrumento estratégico de gestión y control social.

Palabras-clave: Campo de los Públicos. Administracion PUBLICA. Gestión pública. Políticas públicas. Evaluación de Políticas Públicas.

FR Cartographie de la production académique en cours d'évaluation dans une revue de Campo de Públicas au Brésil

Résumé: L'article traite de la production d'évaluations des politiques publiques. La réflexion autour du thème se déroule à partir de références théoriques et méthodologiques de l'évaluation dans le domaine des publics au Brésil. Sur la base de la technique de revue systématique intégrative de la littérature, une analyse spécifique des articles publiés dans la Revista Avaliação de Políticas Públicas (AVAL) a été réalisée. L'étude a généré des compréhensions sur l'avancement des publications au fil des ans et sur la façon dont elles se diversifient en termes méthodologiques et épistémologiques. À la suite des analyses, le travail conclut que Revista AVAL attire un ensemble varié d'articles sur l'évaluation des politiques publiques, tant dans les aspects méthodologiques que dans les types de politiques évaluées, avec une présence marquée d'articles qui favorisent une revue de la littérature. et, aussi, en proposant des méthodes d'évaluation alternatives à celles considérées comme prédominantes, produisant de l'innovation et une utilisation potentielle des évaluations comme instrument stratégique de gestion et de contrôle social.

Mots-clés: Champ des Publics. Administration publique. Gestion publique. Politique publique. Évaluation des politiques publiques.

INTRODUÇÃO¹

Nos últimos anos, as avaliações de políticas públicas receberam contornos específicos. Embora a avaliação de políticas públicas tenha ganhado destaque, em escala global, quando os formuladores de políticas públicas nos Estados Unidos, nos anos 1960, passaram a utilizar técnicas para aferir os resultados e efeitos das políticas públicas implementadas, na América Latina, a partir dos anos 1970 e na década seguinte, foi iniciada a institucionalização da avaliação. Esse cenário se deu associado às reformas na administração pública, associando-se às noções do novo gerencialismo. Assim, no final dos anos 1980 e início de 1990, ocorreu a expansão das avaliações de políticas públicas, as quais foram recebendo múltiplos enfoques.

No Brasil, a literatura do Campo de Públicas, por exemplo, tem ampliado e aprofundado os estudos acerca das metodologias qualitativas de avaliação, como vem sendo realizado por autores como Gussi (2014; 2016); Araújo e Boullosa (2015). Para esses outros autores do Campo, tem-se a necessidade de revestir a avaliação dos fundamentos democráticos e participativos que permeiam a gestão social e, a partir desse referencial, identificar e construir as metodologias próprias ao Campo de Públicas. Dessa forma, avaliar não se trata apenas de algo puramente racional e procedimental obtido tecnicamente por meio da pesquisa avaliativa (Araújo; Boullosa, 2015). As avaliações devem envolver o público-alvo das políticas públicas no processo de avaliação, por meio da identificação e da construção de metodologias participativas que possam promover e facilitar a captação da essência das transformações promovidas.

Este cenário soma-se aos resultados da quarta geração da avaliação de políticas públicas, a partir da qual a contribuição e experiência do público-alvo da política pública foi colocada em destaque (Guba; Lincoln, 1989). Assim, diante de avaliações participativas e que vão além da aferição numérica, há a necessidade de ampliação do repertório metodológico que possa dar conta de possibilitar múltiplas estratégias de coleta de dados que ponham em contato diversos atores relevantes para a política.

Desse modo, tendo em vista a ampliação de formas ou modos de avaliar, torna-se fundamental compreender como vem se desenvolvendo a produção acadêmica em avaliação de políticas públicas no Brasil. O estudo proposto possibilita compreensões em torno de como as publicações avançam ao longo dos anos na

academia; quais políticas públicas são mais e menos avaliadas; quais são as metodologias mais utilizadas, bem como quais estratégias metodológicas se destacam como inovações.

O estudo foi realizado a partir de revisão sistemática integrativa de literatura. Parte-se da ideia de que o avanço da produção científica mundial tornou inviável aos pesquisadores conhecê-la em sua totalidade (Sangalli; Kauchakje, 2021), por outro lado, é fundamental identificar estratégias para conhecer as lacunas existentes acerca das múltiplas temáticas e administrar o conhecimento que está à disposição. Nesse sentido, os estudos métricos da informação (EMI) possibilitam avaliar, visualizar e compreender a dinâmica da produção científica sobre determinado tema. Nesse sentido, dois campos disciplinares de EMI configuram-se como fundamentais: a bibliometria e a cientometria, que se relacionam com estudos dedicados a mensurar o desenvolvimento da ciência, possibilitando conhecer, não apenas o que já foi produzido sobre um assunto, mas, também, identificar quais são os temas emergentes e as lacunas de pesquisa. De forma específica, a bibliometria tem como enfoque a quantificação da produção, de forma que, resgatando-se informações como autores, enfoques, palavras-chave, metodologias, a fim de conhecer se há um padrão nas publicações (Sangalli; Kauchakje, 2021).

Trata-se de uma estratégia advinda e com tradição, principalmente, na área da saúde e que está relacionada como a prática baseada em evidências e o gerenciamento baseado em evidências. Conforme Botelho, Cunha e Macedo (2011, p. 124), artigos de revisão consistem “em forma de pesquisa que utiliza fontes de informações bibliográficas ou eletrônicas para obtenção de resultados de pesquisa de outros autores, com o objetivo de fundamentar teoricamente um determinado tema”. Especificamente, a revisão sistemática consiste em uma forma planejada de pesquisa bibliográfica voltada a responder a uma pergunta específica, utilizando “métodos explícitos e sistemáticos para identificar, selecionar e avaliar criticamente os estudos” (Botelho; Cunha; Macedo, 2011, p. 125).

De forma ainda mais específica, a revisão integrativa aqui realizada possibilitou a análise sobre o conhecimento existente sobre o tema, na medida em que esta estratégia permite conhecer o “estado da arte sobre um tema, contribuindo para o desenvolvimento de teorias. O método de revisão integrativa é uma abordagem que permite a inclusão de estudos que adotam diversas metodologias (ou seja, experimental e de pesquisa não experimental)” (Botelho; Cunha; Macedo, 2011: 127).

¹ O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

Para a realização da revisão proposta, foi escolhida a Revista Avaliação de Políticas Públicas - AVAL, seguindo-se algumas etapas a seguir delineadas. A escolha do periódico justifica-se por se constituir como uma das únicas revistas acadêmicas especializadas no tema e com publicações atualizadas.

A primeira etapa foi a criação da planilha utilizada como banco de dados, a qual foi organizada a partir das seguintes variáveis: título do artigo; autores; ano; edição; volume; objetivo do artigo; área de política pública; título da política pública e, indicação acerca do tipo de artigo (avaliação de políticas públicas propriamente dita ou estudo teórico sobre avaliação). Em seguida, foram consultados os artigos presentes no site da revista publicados entre os anos de 2008 e 2021. Ao todo, foram tabuladas informações referentes a 161 artigos. Por fim, foi realizada a análise bibliométrica dos dados, que permitiu compreender o estado da arte da pesquisa sobre avaliação de políticas públicas a partir do periódico selecionado.

O presente artigo organiza-se, além desta introdução e das considerações finais, em dois itens. O primeiro deles traz uma retomada sobre o tema da avaliação de políticas públicas no Brasil. Em seguida, são apresentados os resultados e análises de dados.

AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS NO BRASIL

Muitos têm sido os esforços efetuados, sobretudo pela gestão pública e academia, nas últimas oito décadas², para compreender os resultados e efeitos das ações e políticas governamentais na sociedade contemporânea. Essa compreensão vem ocorrendo, principalmente, por meio das avaliações, uma vez que essa atividade é considerada um instrumento instrucional indispensável para entender a operacionalização e o desempenho das políticas públicas.

Conforme apontam Lima *et al.* (2021), a avaliação de políticas públicas (planos, programas e projetos) passou a ser destaque, em escala global, quando os formuladores de políticas públicas nos Estados Unidos, nos anos 1960, passaram a utilizar técnicas para aferir os resultados e efeitos das políticas públicas implementadas. Essa atuação dos formuladores estava ligada ao fato deles buscarem auxílio para planejar as ações governamentais no futuro.

Rodrigues (2008), ao discutir o tema, destaca que essa área cresceu significativamente nos Estados Unidos e passou a ser empregada

também nos demais países desenvolvidos, a exemplo dos Estados da Europa Ocidental, uma vez que esses governos buscavam acompanhar o desempenho das políticas de teor social. Nesse sentido, a temática da avaliação, para além do campo governamental, passou a ser debatida igualmente no campo científico, uma vez que os primeiros autores da temática nos Estados Unidos – Peter H. Rossi e James D. Wright – procuraram realizar uma “classificação tipológica para fins de apresentação de um novo percurso metodológico” (Boullosa, 2020, p. 13).

A partir desse avanço foram criadas associações de avaliadores, definidas modalidades de avaliação e a concepção de uma subárea profissional científica denominada de Avaliação (Rodrigues, 2008; Lima *et al.*, 2021). Quanto aos profissionais que foram sendo inseridos nessa subárea, segundo Rodrigues (2008), eles eram provenientes das mais diversas áreas do conhecimento e atuação governamental, mas se especializavam no tema da avaliação mediante a formação das associações científicas, planejamento de eventos e lançamento de periódicos.

Já contexto dos países da América Latina, a partir dos anos 1970 e na década seguinte, foi iniciada a institucionalização da avaliação, mas com o viés voltado para ser uma ferramenta capaz de mensurar o êxito na reforma dos Estados latino-americanos dado o questionamento crescente sobre o tamanho e a eficiência do setor público (Boullosa, 2020). Além disso, como enfatiza Fernandes e Esmeraldo (2012), o campo da avaliação estava guiado pela agenda neoliberal e a literatura sobre a temática ainda era limitada nesses países.

Estas ideias, como menciona Boullosa (2020, p. 16), foram responsáveis pelas reformas administrativas sob a cartilha do Consenso de Washington (1989) que “entrou de modo pesado na América Latina, como instrumento de gestão associado às reformas de seus Estados, associando-se às noções do novo gerencialismo, tais como as de orientação a resultados, flexibilidade e *accountability*”.

Sob essa perspectiva, é inserido o tema da avaliação de políticas públicas no Brasil (Rodrigues, 2008; Fernandes; Esmeraldo, 2012, Lima *et al.* 2021). Mais especificamente, no final dos anos 1980 e início de 1990, ocorreu a expansão das avaliações de políticas públicas (políticas e programas) de natureza social no país. Esse aumento se deu em virtude de duas demandas: uma por parte dos movimentos sociais e uma por parte das agências financiadoras internacionais.

A primeira demanda incidiu da reivindicação dos movimentos sociais que buscavam a universalização das políticas sociais – a

² Como apontado por Boullosa (2020), a política americana do New Deal (1933-1937) pode ser considerado o momento que inicia a avaliação na esfera governativa.

exemplo das políticas de saúde, assistência social e educação – como direitos, o que demandou por parte do Estado a necessidade de avaliar as melhores formas de universalizar esse tipo de política pública (Lima *et al.*, 2021).

A segunda, por outro lado, recaiu nas críticas das agências financiadoras internacionais – Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento (BIRD) – a respeito da reforma dos programas sociais que tinham por base a concepção de descentralização e privatização dessas políticas (Fernandes; Esmeraldo, 2012).

Ainda cabe destacar, como lembra Gussi (2019), que as agências internacionais apresentaram como condição de financiamento, ao Estado brasileiro, a obrigatoriedade de elaboração de sistemas de monitoramento e avaliação de políticas públicas de natureza social com o intuito de racionalizar os gastos públicos. Nesse sentido, foi promovida a ideia de avaliação para verificar o nível de eficiência na aplicação dos recursos públicos, bem como identificar o grau de eficácia no alcance dos objetivos dos planos, programas e projetos (Fernandes; Esmeraldo, 2012; Gussi, 2019). Nas palavras de Gussi (2019, p. 171-172) a avaliação, naquele período, foi marcada por:

Quase sempre reduzidas à dimensão econômica, essas avaliações têm por intuito demonstrar o sucesso ou fracasso das políticas a partir da construção de indicadores, notadamente quantitativos, que revelam a otimização da relação custo-benefício, previamente calculada, em relação ao investimento realizado na execução de programas, projetos e políticas.

Com base nessa lógica, as avaliações apresentavam três questionamentos indispensáveis: a) se os objetivos das políticas públicas foram completados; b) como se dava a operacionalização das políticas públicas; e c) o que fez com que os resultados fossem ou não cumpridos. Em outras palavras, a concepção da avaliação estava focada exclusivamente em promover a eficiência, eficácia e efetividade.

Já, a partir dos anos 2000, a temática da avaliação ganha uma nova centralidade, em virtude da criação e ampliação das instituições participativas no Brasil. Esse momento foi marcado pelo objetivo de elevar o número de atores sociais e segmentos da sociedade civil nos processos de tomada de decisão. No campo da avaliação, segundo Gussi (2019, p.172) “evidencia-se a construção de outro parâmetro,

epistemológico, metodológico e político de avaliação que permite ir além de definições operacionais conduzidas por modelos avaliativos pré-concebidos”.

Desse modo, conforme frisado na literatura (Gussi, 2019; Laisner, 2019; Boullosa, 2020; Lima *et al.*, 2021), a avaliação passou a ser compreendida, também, enquanto instrumento estratégico de gestão e de controle social.

Isto posto, ressalta-se a relevância de avaliar as políticas públicas para identificar seus resultados e medir sua eficiência, eficácia e efetividade, publicizando seus resultados com vistas à prestação de contas para a sociedade. Sob esta ótica, entende-se que a pesquisa avaliativa compreende a promoção de um direito democrático fundamental, diretamente atrelado ao controle social em face da atuação estatal.

No item a seguir, serão apresentados os resultados da revisão de literatura realizada a partir dos artigos do periódico brasileiro AVAL, realizando-se uma análise bibliométrica a partir dos resultados encontrados.

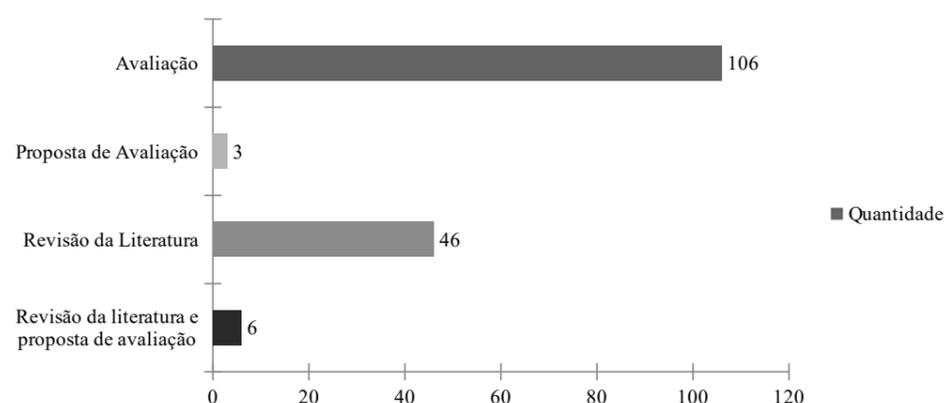
ANÁLISE DOS ARTIGOS PUBLICADOS PELA REVISTA DE AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS (AVAL)

O banco de dados sobre os artigos publicados na Revista Avaliação de Políticas Públicas – AVAL compila todas as publicações ocorridas entre 2008 e 2021. A revista possui publicações de análises e resultados de pesquisas em avaliação de políticas públicas assim como reflexões teórico-metodológicas e de desenvolvimento de ferramentas metodológicas, que contribuem para a difusão de novas avaliações em políticas públicas. A revista, além disso, tem como objetivo divulgar resultados de pesquisas nacionais e internacionais sobre a temática da avaliação de políticas públicas, feitas por pesquisadores de diferentes localidades e áreas do conhecimento.

Em vista disso, foi realizada a coleta, análise e classificação dos 161 artigos publicados, distribuídos em 19 edições, com um total de 17 volumes. Os autores dos artigos são professores, estudantes e pesquisadores do Campo de Públicas do ensino superior, divididos em público masculino e público feminino. A seguir, são apresentadas as principais características dos artigos publicados na revista.

Para a análise da categoria de tipo de artigo (Gráfico 01), foram identificados 55 artigos que realizam a avaliação de uma política pública (65,8% do total), 46 com uma revisão da literatura sobre avaliação (29,6%), três artigos com proposta metodológica em avaliação (1,9%) e seis artigos que combinam revisão da literatura com uma proposta metodológica de avaliação (3,7%).

Gráfico 01 - Tipo de Artigo publicado na Revista AVAL, 2008 a 2021



Fonte: Elaboração própria a partir de banco de dados de artigos em avaliação de políticas públicas (EPP/UFRN), 2022.

Com relação à área da política pública, observa-se um conjunto significativo de avaliações de políticas sociais (com destaque para as três políticas universais – educação, assistência social e saúde), assim como de políticas públicas em geral (com cerca de 15% do total), ou seja, políticas de caráter social, econômico, político e ambiental. Os estudos dessa categoria mais geral, isto é, em que não há uma especificidade a ser avaliada, são, portanto, abrangentes e variados. Alguns exemplos ajudam a ilustrar: avaliação sobre como as atribuições e princípios federativos do Estado brasileiro, após a Constituição de 1988, interferem na descentralização das políticas sociais, expressando um importante desafio político-administrativo a ser processado, feito pela autora Godinho, Isabel Cavalcante. 2011. “Uma Reflexão Sobre a Constituição de 1988 e suas Implicações na Descentralização das Políticas Sociais”; além disso, podemos citar as práticas de avaliação de políticas e programas governamentais que podem auxiliar no processo de tomada de decisões sobre a implementação e acompanhamento de políticas e programas governamentais, realizado pelos autores(a) Campos, Maria de

Fátima Hanaque, Menezes, Ana Maria Ferreira, Neto, José Francisco Barreto e Farias, Maria Auxiliadora Ornellas. 2008. “Avaliação de políticas e programas governamentais: experiências no Mestrado Profissional”; ainda assim, a avaliação de políticas públicas em sua breve historicidade, apresentando em seguida o lugar por ela ocupado na estrutura dos nove Estados que formam o Nordeste brasileiro, produzido pela autora Arcoverde, Ana Cristina Brito. 2021. “Avaliação de políticas públicas no Nordeste: o que procuramos?”, entre outros exemplos que poderíamos citar.

Tabela 01 - Área setorial dos artigos publicados na revista AVAL, 2008-2021

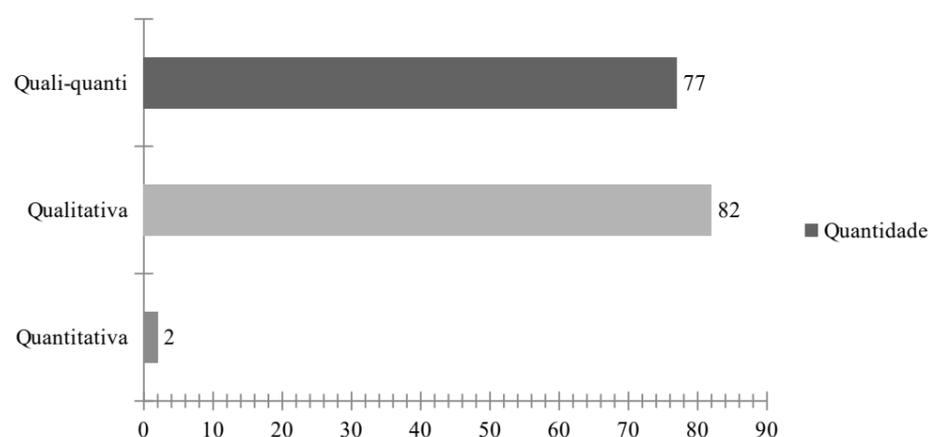
Área da Política Pública	Quantidade	%	Acumulado (%)
Educação	26	16,1%	16,1%
Políticas públicas em geral	24	14,9%	31,1%
Assistência social	20	12,4%	43,5%
Saúde	16	9,9%	53,4%
Trabalho	15	9,3%	62,7%
Participação social	10	6,2%	68,9%
Meio ambiente e Sustentabilidade	9	5,6%	74,5%
Desenvolvimento local	8	5,0%	79,5%
Economia	8	5,0%	84,5%
Inclusão social	6	3,7%	88,2%
Turismo	4	2,5%	90,7%
Cultural	3	1,9%	92,5%
Comunicação	2	1,2%	93,8%
Habitação	2	1,2%	95,0%
Justiça social	2	1,2%	96,3%
Alimentação	1	0,6%	96,9%
Ciência e Tecnologia	1	0,6%	97,5%
Cooperação social	1	0,6%	98,1%
Industrial	1	0,6%	98,8%
Institucional	1	0,6%	99,4%
Território	1	0,6%	100,0%
Total	161	100,0%	---

Fonte: Elaboração própria a partir de banco de dados de artigos em avaliação de políticas públicas (EPP/UFRN), 2022.

Temáticas como “trabalho” e “participação social” também são frequentes com 9,6% e 6,2% respectivamente. No entanto, chama a atenção a variedade de temas que a revista AVAL atrai, com outras áreas setoriais de políticas também presentes como meio ambiente e sustentabilidade, desenvolvimento local e territorial dentre outras.

Acerca da análise do tipo de metodologia adotada nos artigos, através do Gráfico 02, verificamos que o método qualitativo é o mais prevalente, com 82 artigos deste tipo (50,9% do total), ou seja, são pesquisas baseadas em narrativas, ideias e experiências que servem como fonte de informação para avaliações que captam a percepção subjetiva ou interpessoal dos afetados pelas políticas públicas. Estratégias metodológicas que combinam métodos quantitativos com qualitativos (quali-quantitativo) formam também um conjunto relevante de artigos: cerca de 48% do total. Artigos que se utilizam exclusivamente de técnicas quantitativas para avaliação de políticas públicas são raros: registram-se apenas dois artigos (ou 1,2% do total).

Gráfico 02 - Tipo de metodologia adotada nos artigos publicados pela Revista AVAL, 2008-2021



Fonte: Elaboração própria a partir de banco de dados de artigos em avaliação de políticas públicas (EPP/UFRN), 2022.

Em relação ao tipo de dado utilizado como fonte de informação (Tabela 02), isto é, a forma de coleta de dados, observa-se que todos os artigos se utilizam de leituras bibliográficas e documentais, sendo

que 34,8% utilizaram exclusivamente o método bibliográfico e documental e o restante uma combinação desta com outras técnicas de coleta de dados. Como um artigo pode utilizar uma ou mais técnicas de coleta de dados – há uma variabilidade entre dois a seis tipos de coleta de dados em um único artigo – a tabela 02 registra todas as utilizadas nos artigos, o que explica o valor total (n = 266) ser maior do que o número de artigos em análise (n = 161).

A técnica de coleta de dados por meio de entrevistas é a forma mais frequente (16,2%) entre os artigos publicados pela Revista AVAL. Técnicas de observação e de aplicação de questionários estão também presentes: 8,6% e 8,3%, respectivamente.

Tabela 02 - Forma de coleta da informação dos artigos publicados na Revista AVAL, 2008-2021

Coleta de dados (uma ou mais)	Quantidade	%
Bibliografias e Documentos	161	60,5%
Entrevista	43	16,2%
Observação	23	8,6%
Questionário	22	8,3%
Estudo de caso	8	3,0%
Grupo focal	4	1,5%
Análise de conteúdo	2	0,8%
Diagnóstico participativo	1	0,4%
Pesquisa Ex-post	1	0,4%
Técnica do círculo hermenêutico-dialético (CHD)	1	0,4%
Total	266	100,0%

Fonte: Elaboração própria a partir de banco de dados de artigos em avaliação de políticas públicas (EPP/UFRN), 2022.

Registra-se, ainda, o estudo de caso (3%) como estratégia metodológica de avaliação, como, por exemplo, avaliar o impacto das políticas públicas de certificação do autorreconhecimento e da titulação do território sobre a identidade étnica dos quilombos remanescentes em Barra e Bananal – Rio de Contas – no Estado da Bahia, feito pelos autores(a) Capinan, Ubiraneila e Cardel, Lídia. 2011. “O quilombo que remanesce: impactos da política pública

de certificação e de titulação do território em Rio de Contas, BA”. A técnica de grupo focal está presente em quatro artigos (1,5%), como no caso do artigo que avalia os impactos do Programa Nacional de Informática na Educação nas condições de vida dos alunos das escolas públicas de ensino fundamental, verificando sua relação com o processo de inclusão sociodigital, realizado pelos autores(a) Oliveira, Hérica Q. e Gussi, Alcides Fernando. 2013. “Tecnologias de informação e comunicação na educação e inclusão sociodigital: uma avaliação do programa de informática na educação em Fortaleza”.

Por fim, registram-se outras técnicas, mas com frequência reduzida. A análise de conteúdo aparece em dois artigos, como na avaliação do planejamento estadual, ante sua relevância socioambiental para a sociedade, produzido pelos autores(a) Junior, Paulo Torres e Cardoso, Maione Rocha de Castro. 2019. “Os Desafios da Implementação da Política Estadual de Resíduos Sólidos do Ceará”. A avaliação de tipo ex-post aparece em um artigo no caso de considerações avaliativas sobre o Programa de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (PMDE) no contexto da reforma educacional brasileira e suas implicações para a gestão da escola pública em um município do Estado de Fortaleza, feito pelo autor Campelo, João Inácio. 2013. “Dinheiro direto na escola: um olhar avaliativo sobre o Programa de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino de Fortaleza”. Um artigo utiliza o diagnóstico participativo em que apresenta um processo de avaliação da saúde a partir de metodologia participativa num bairro em processo de urbanização, realizado pelos autores(a) Rosa, Maria da Pureza Ramos de Santa; Vargas, Marлизete Maldonado, Melo, Cláudia Moura de e Oliveira, Cristiane Costa da Cunha. 2010. “Metodologia participativa de avaliação em saúde num bairro em processo de urbanização”. Por fim, um artigo utiliza o círculo hermenêutico-dialético (CHD) que consiste em compreender a participação a partir de uma construção epistemológica, na tentativa de fomentar uma nova metodologia para avaliação de políticas públicas latino-americanas capaz de se contrapor à avaliação instrumental e positivista implantada pelos organismos multilaterais aos países do sul, produzido pelos autores(a) Santos, Cristiane Vieira dos; Cardoso, Gil Célio de Castro e Costa, João Paulo da Silva. 2019. “A ciranda da participação social na gestão municipal de Fortaleza-CE: uma perspectiva avaliativa quadridimensional”.

Em síntese, a Revista Aval atrai um conjunto variado de artigos sobre avaliação de políticas públicas tanto nos aspectos metodológicos,

quanto de tipos de políticas em avaliação, com presença também marcante de artigos que promovem uma revisão da literatura da área e, ainda, na proposição de métodos de avaliação alternativos aos considerados predominantes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo, ao buscar compreender o estado da arte da produção acadêmica sobre avaliação de políticas públicas a partir de um dos principais periódicos sobre o tema, trouxe como contribuição a compreensão sobre como vem se delineando a elaboração de avaliações no Brasil, a partir da perspectiva da academia.

O estudo ressaltou que, em sua maioria, as publicações se constituíam como avaliações de políticas específicas, com destaque para a área social, embora tenham sido identificadas pesquisas avaliativas sobre múltiplos temas. Outro destaque foram as 46 revisões de literatura sobre o tema, as quais tinham como finalidade, de forma geral, identificar o delineamento das pesquisas sobre o tema, a exemplo do presente esforço. Foram destaque as pesquisas de cunho qualitativo e quali-quantitativo, apontando, se forma consonante, para o cenário mais atual da avaliação em que essas são percebidas como instrumento estratégico de gestão e de controle social (Gussi, 2019; Laisner, 2019; Boullosa, 2020; Lima *et al.*, 2021). As múltiplas estratégias de coleta de dados apontam para um rico repertório metodológico que denota o avanço dos estudos no Brasil.

Diante do cenário posto, a partir dos anos 2000, com a criação e ampliação das instituições participativas no Brasil, a elevação do número de atores sociais e segmentos da sociedade civil nos processos de tomada de decisão aponta para a necessária ampliação das estratégias de inserção desses atores também nos processos avaliativos.

Tendo sido verificado este esforço por parte dos estudos acadêmicos, a presente pesquisa abre espaço e revela curiosidades em torno de como vêm sendo delineadas as avaliações em órgãos públicos no Brasil. Assim torna-se fundamental que novos estudos possam buscar conhecer como a avaliação de políticas públicas se posiciona na administração pública no Brasil, ou seja, o grau de prioridade existente; bem como que sejam realizadas investigações que busquem identificar os desenhos metodológicos utilizados em avaliações oficiais, a fim

de identificar se os avanços existentes no contexto mais atual já se revelam nesses espaços de tomada de decisão.

Um dos caminhos possíveis para o aprimoramento de desenhos avaliativos consiste na valorização de diálogos que considerem os múltiplos saberes, sejam eles técnicos ou provenientes das bases, ou seja, o saber comunitário. Além disso, coloca-se o desafio da multidisciplinaridade, a qual revela-se como característica marcante do Campo de Públicas no Brasil.

O Campo de Públicas caracteriza-se pela formação profissional voltada ao Estado, ao Governo, à Administração Pública e Políticas Públicas, à Gestão Pública, à Gestão Social e à Gestão de Políticas Públicas (DCN - resolução CNE/CES 01/2014, art. 1º), abrangendo os conhecimentos de áreas como o Direito, a Economia, a Geografia, a Administração, as Ciências Sociais, dentre outros, tendo como objetivo formar profissionais, “gerar conhecimentos, desenvolver e difundir metodologias e técnicas, propor inovações sociais e promover processos que contribuam para o fortalecimento da esfera pública, a qualificação e melhoria da ação governamental e a intensificação e ampliação das formas de participação da sociedade civil na condução dos assuntos públicos” (Carta de Brasília, 2013, p. 1).

Este Campo vem formando profissionais capazes de desenvolver e difundir novas metodologias e técnicas, propor inovações sociais e processos que contribuam para o fortalecimento da esfera pública, a qualificação e melhoria da ação governamental e a intensificação e ampliação das formas de participação social. Ele reflete uma concepção epistemológica respaldada na atuação multidisciplinar do corpo docente, o qual gera novas experiências e forma um gestor com capacidade de dialogar com diversos profissionais. Assim, considera-se aqui a importância deste caráter multidisciplinar como ferramenta chave na construção de avaliações que sejam aptas a, de fato, retratar a realidade das políticas públicas e pautar tomadas de decisão consistentes.

REFERÊNCIAS

ARAUJO, Edilson; BOULLOSA, Rosana. Avaliação da implementação do Centro-dia para Pessoas com Deficiência: entre inovação e aprendizagem em políticas públicas. **Interfaces Científicas - Humanas e Sociais**, v. 3, n. 3, p. 123-136, 2015.

ARCOVERDE, Ana Cristina Brito. Avaliação de políticas públicas no Nordeste: o que procuramos?. **REVISTA AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS**, v. 5, n. 19, p. 160-175, 2021.

BOTELHO, Louise *et al.* O Método da Revisão Integrativa nos Estudos Organizacionais. **Gestão e Sociedade**, v. 5, n. 11, p. 121-136, 2011.

BOULLOSA, Rosana de Freitas. Por um olhar epistemológico para a avaliação em políticas públicas: história, teoria e método. **REVISTA AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS**, v. 4, n. 18, p. 9-37, 2020.

CAMPELO, João Inácio. Dinheiro direto na escola: um olhar avaliativo sobre o Programa de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino de Fortaleza. **REVISTA AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS**, v. 1, n. 11, p. 9-37, 2013.

CAMPOS, Maria de Fátima Hanaque *et al.* Avaliação de políticas e programas governamentais: experiências no Mestrado Profissional. **REVISTA AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS**, v. 1, n. 11, p. 49-58, 2008.

CAPINAN, Ubiraneila; CARDEL, Lídia. O quilombo que remanesce: impactos da política pública de certificação e de titulação do território em Rio de Contas, BA. **REVISTA AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS**, v. 2, n. 8, p. 27-39, 2011.

Carta de Brasília. IX FÓRUM DE COORDENADORES E PROFESSORES DO CAMPO DE PÚBLICAS, Brasília, 2013. Disponível em: <https://campodepublicas.files.wordpress.com/2013/04/carta-de-brasc3adlia-abril-de-2013-1.pdf>

COELHO, Fernando de Souza *et al.* O campo de públicas após a instituição das diretrizes curriculares nacionais (DCNs) de administração pública: trajetória e desafios correntes (2015-2020). **Administração: Ensino e Pesquisa**, v. 21, n. 3, p. 488-529, 2020.

FERNANDES, Ivana Leila Carvalho; ESMERALDO, Gema Galgani Silveira Leite. Elementos a considerar na avaliação de Políticas Públicas. **REVISTA AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS**, [s. l.], p. 89-98, 2012.

GODINHO, Isabel Cavalcante. Uma Reflexão Sobre a Constituição de 1988 e suas Implicações na Descentralização das Políticas Sociais. **REVISTA AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS**, v. 1, n. 7, p. 89-98, 2011.

GUBA, Egon; LINCOLN, Yvonna. **Fourth generation evaluation**. Newbury Park, CA: Sage, 1989.

GUSSI, Alcides Fernando. Outras epistemologias e metodologias: a experiência do Mestrado de Avaliação de Políticas Públicas. **REVISTA AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS**, v. 2, n. 16, p. 171-183, 2019.

GUSSI, Alcides Fernando; OLIVEIRA, Breyner Ricardo de. Políticas públicas e outra perspectiva de avaliação: uma abordagem antropológica. **Desenvolvimento em Debate (INCT/PPED)**, v. 4, n. 1, p. 83-101, 2016.

GUSSI, Alcides Fernando *et al.* METODOLOGIAS E EXPERIÊNCIAS ETNOGRÁFICAS EM AVALIAÇÃO POLÍTICAS PÚBLICAS: Avaliação de programas de microcrédito do Banco do Nordeste no Ceará. **RP3 - Revistas de Pesquisa em Políticas Públicas**, v. 9, n. 2, p. 85-96, 2014.

JUNIOR, Paulo Torres; CARDOSO, Maione Rocha de Castro. Os Desafios da Implementação da Política Estadual de Resíduos Sólidos do Ceará. **REVISTA AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS**, v. 1, n. 15, p. 189-199, 2019.

LAISNER, Regina Claudia. Metodologias participativas em avaliação de políticas públicas: tendências e possibilidades desde uma abordagem política. **REVISTA AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS**, [s. l.], v. 1, n. 15, p. 80-97, 2019.

LIMA, João Victor Moura *et al.* Programa minha casa minha vida: uma avaliação de políticas públicas numa perspectiva de cidadania. **REVISTA AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS**, v. 6, n. 20, p. 65-85, 2021.

OLIVEIRA, Hérica; GUSSI, Alcides Fernando. Tecnologias de informação e comunicação na educação e inclusão sociodigital: uma avaliação do programa de informática na educação em Fortaleza. **REVISTA AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS**, v. 1, n. 11, p. 57-67, 2013.

RODRIGUES, Lea Carvalho. Propostas para uma avaliação em profundidade de políticas públicas sociais. **REVISTA AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS**, v. 1, n. 1, p. 7-15, 2008.

ROSA, Maria da Pureza Ramos de Santa *et al.* Metodologia participativa de avaliação em saúde num bairro em processo de urbanização. **REVISTA AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS**, v. 2, n. 6, p. 17-25, 2010.

SANGALLI, Amanda; KAUCHAKJE, Samira. Introdução à bibliometria e cientometria: exemplo prático de aplicação ao tema presidencialismo latino-americano. **REVISTA AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS**, v. 30, n. 1, p. 87-123, 2021.

SANTOS, Cristiane Vieira dos *et al.* A ciranda da participação social na gestão municipal de Fortaleza-CE: uma perspectiva avaliativa quadridimensional. **REVISTA AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS**, v. 2, n. 16, p. 151-167, 2019.